

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.253 - AM (2019/0295774-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : JULIANA TAVARES MENA
ADVOGADO : ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA E OUTRO(S) - AM011981
AGRAVADO : BANCO FORD S/A
ADVOGADO : ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP192649

DECISÃO

Trata-se de agravo de JULIANA TAVARES MENA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado:

"EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA QUE EXTINGUIU A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, OCASIONANDO O LEVANTAMENTO DE VALORES DE FORMA TEMERÁRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DA IMPUGNAÇÃO. SENTENÇA NULA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

- 1. Almeja o Apelante anular a decisão a quo que extinguiu o feito sem julgamento do mérito e autorizou o levantamento da quantia depositada em juízo, em virtude da ausência de recolhimento das custas processuais. O Agravo de Instrumento solucionou a questão determinou o prosseguimento da análise meritória da Impugnação.*
- 2. Assim, a sentença deve ser anulada e os valores levantados, devolvidos ao depósito do Juízo.*
- 3. Recurso conhecido e provido." (e-STJ fl. 624/630)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl.658/625)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 139, I, IX; 485, IV, §3º; 489, §1º, IV e 1.022, I e II, todos do CPC, bem como o dissídio jurisprudencial gerado pela decisão recorrida com o recurso repetitivo REsp 1361811/RS, sustentando, em síntese, que: 1) o acórdão recorrido foi omissivo quanto ao fato de que a falta de recolhimento das custas e a necessidade de cancelamento da distribuição foi impugnada em diversas vezes, nas contrarrazões e na apelação e 2) a alegação de falta de recolhimento das custas e a necessidade de cancelamento da distribuição constitui matéria de ordem pública, não sujeita à preclusão, portanto pode ser alegada pelo recorrente pois o acórdão

não desonerou o recorrido de recolher as custas e nem as declarou indevidas.

Contrarrazões nas fls. 785/816 (e-STJ)

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 489, §1º e 1.022, I e II, do CPC, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, como se verá adiante.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte.

O Tribunal de origem, no que pertine à alegação de que a falta de recolhimento das custas impõe a necessidade de cancelamento da distribuição assim decidiu:

"Compulsando o caderno processual digital, verifico a existência de dois agravos de instrumento oriundos dos presentes autos, quais sejam:

(i) Agravo de Instrumento n'. 4000215- 95.2015.8.04.0000, julgado em 22.06.2015, por unanimidade de votos da Segunda Câmara Cível, cujo acórdão restou assim ementado:

(...)

O referido instrumento recursal atacou a ausência de recolhimento das custas processuais da Impugnação ao Cumprimento de Sentença. Todavia, a Segunda Câmara decidiu que tal questão ficou acobertada pelo manto da preclusão ante a não manifestação a tempo e modo, pois ao tomar ciência da impugnação abriu-se a oportunidade para tanto, ocasião na qual não foi suscitada, operando-se a preclusão temporal.

Ou seja, ao invés do Juízo a quo ter analisado o mérito da impugnação, conforme determinado por esta Segunda Câmara Cível, procedeu à extinção do feito sem julgamento do mérito em virtude do não recolhimento das custas (fls. 435/437). " (e-STJ fl. 628)

Como visto, o acórdão recorrido consignou expressamente que a questão da ausência de recolhimento das custas processuais da Impugnação ao Cumprimento de Sentença foi resolvida por aquela Corte no julgamento do Agravo de Instrumento n'. 4000215- 95.2015.8.04.0000, no qual se concluiu pela preclusão.

Assim, concluiu pela nulidade da sentença que extinguiu a impugnação, por ter a mesma descumprido determinação daquela Corte proferida no do Agravo de Instrumento n'. 4000215- 95.2015.8.04.0000.

Ou seja, cabia à recorrente insurgir-se, mediante o recurso cabível, contra o acórdão proferido no Agravo de Instrumento n'. 4000215- 95.2015.8.04.0000, alegando naquele momento processual, que a falta de recolhimento das custas constitui matéria de ordem pública, não sujeita à preclusão, o que não consta nos autos que tenha ocorrido.

Assim, resta patente que a questão da ausência de recolhimento das custas processuais da Impugnação ao Cumprimento de Sentença não foi apreciada pelo Tribunal *a quo* no acórdão recorrido, mas sim no acórdão proferido no agravo de instrumento anterior. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, na espécie, a Súmula 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Por outro lado, a existência de julgamento anterior sobre o tema, - fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido - não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula 283/STF, segundo a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Frise-se, por fim, que nem mesmo socorreria ao recorrente a alegação de que a questão do recolhimento das custas, constituindo matéria de ordem pública, poderia ser analisada no acórdão recorrido, uma vez que embora as questões de ordem pública possa, de fato, ser arguidas em qualquer tempo ou fase do processo, tal somente é possível quando não houve pronunciamento judicial anterior, o que não é o caso dos autos. Neste sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA PRECLUSA. PRONUNCIAMENTO JUDICIAL ANTERIOR. NÃO RECORRIDO.

1. As matérias de ordem pública, tais como prescrição e decadência, podem ser apreciadas a qualquer tempo nas instâncias ordinárias. Todavia, existindo decisão anterior, opera-se a preclusão consumativa se não houver impugnação no momento processual oportuno.

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes.

Agravo interno parcialmente provido.

(EDcl no AgInt no REsp 1594074/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/06/2019, DJe 26/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PENHORA. EXTENSÃO. NOVO ENFRENTAMENTO, PELA CORTE LOCAL, DA QUESTÃO. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DA PRECLUSÃO PRO JUDICATO.

1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a preclusão pro judicato afasta a necessidade de novo pronunciamento judicial acerca de matérias novamente alegadas, mesmo as de ordem pública, por se tratar de matéria já decidida.

2. Na hipótese, destacou o juízo de piso que não houve impugnação tempestiva à penhora e sua ampliação", restando preclusa a possibilidade de questionamento por parte da devedora.

3. É firme a jurisprudência do STJ no sentido da possibilidade da penhora do usufruto, desde que o arrematante respeite o ônus real que recai sobre o imóvel até a sua extinção 4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1777492/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. AFASTAMENTO. COISA JULGADA SOBRE A IMPENHORABILIDADE. EXISTÊNCIA. QUESTÃO PRECLUSA. DOAÇÃO A DESCENDENTES. RECONHECIMENTO DE FRAUDE À EXECUÇÃO.

1. "Apesar de a impenhorabilidade do bem de família constituir matéria de ordem pública, que comporta arguição em qualquer tempo ou fase do processo, o pronunciamento judicial em sentido negativo provoca a preclusão" (EDcl nos EDcl no REsp 1.083.134/PR, Rel.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 28.10.2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 803.639/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 21/03/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator